

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	8
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	9

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	10
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	22
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	23
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	24
10.8 - Plano de Negócios	25
10.9 - Outros fatores com influência relevante	26

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A identificação, monitoramento, tratamento e prevenção de riscos são realizados de forma integrada pela São Martinho através de políticas e procedimentos que conceituam as atividades geradoras de risco e definem os papéis e responsabilidades de cada agente dentro do processo.

O principal instrumento utilizado pela Companhia para monitoramento de riscos é o Painel de Riscos, no qual indicadores específicos são reportados e discutidos mensalmente em Comitê de Auditoria. Este, por sua vez, é formado por membros do Conselho de Administração e delibera ações de mitigação e acompanhamento dos itens críticos apontados.

O Painel de Riscos é composto por seis grupos de risco de forma permanente: Receita, Liquidez Financeira, Câmbio, Logística, Fornecimento de Cana e Disponibilidade de Pessoas. Outros riscos são monitorados de forma esporádica, e constam no Painel de Riscos conforme necessidade.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é formada pelo Conselho de Administração; Comitê Financeiro e Comitê de Auditoria; Presidência; Diretoria Executiva; Gerência de Riscos e pela Gerência de Contas com atribuições descritas na tabela abaixo:

Responsabilidades de Gestão de Riscos:

Conselho de Administração	Estabelece o apetite a risco para a SM; aprova as políticas; decide sobre investimentos e transferência de riscos.
Comitê Financeiro	Propõe a definição da matriz de riscos e limites de exposição, assim como medidas de proteção aos riscos de mercado.
Comitê de Auditoria	Avalia e monitora as exposições de risco da Companhia e seus planos de mitigação.
CEO	Responsável final pela gestão de riscos da SM. Garante a implantação e funcionamento do modelo de gestão.
Diretoria Executiva	Toma as decisões e implementações de melhoria na gestão de riscos.
Gerência de Riscos	Monitora e comunica os indicadores de risco e ações de mitigação.
Gerência de Contas	Responsável pela gestão de seguros, controle de apólices, sinistros e relatórios estatísticos.

Os comitês institucionalizados na Companhia para monitoramento de riscos são o Comitê de Posições; Reunião de Tesouraria; Comitê de Riscos e Seguros; Comitê de Compliance e Comitê de S&OP, nenhum dos quais tem atribuições estatutárias.

Responsabilidades de Gestão de Riscos:

Comitê de Posições	Volatilidade de Preços Açúcar, Etanol, Energia e Câmbio.	Risco de Mercado
Reunião de Tesouraria	Liquidez, Crédito, Taxa de Juros, Dívida.	Risco Financeiro
Riscos e Seguros	Industrial, Agrícola, Logística, Manutenção, Patrimonial, Suprimentos.	Risco Operacional
Compliance	Saúde e Segurança. Ambiental, Legal, Trabalhista.	Risco de Compliance
S&OP	Mix de Produtos, Produção, Comercial, Logística, Contratos, etc.	Riscos Corporativos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a) **se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A Companhia realiza o gerenciamento de seus principais riscos de mercado por meio da Política Comercial e da Política de Operações Financeiras, descritas abaixo.

Preços Açúcar e Etanol

Há uma Política Comercial criada em 01 de junho de 2011 na qual consta um anexo que trata a Precificação de Açúcar e Etanol, criado em 10 de janeiro de 2013. Ambos foram atualizados pela última vez no dia 25 de setembro de 2018 e aprovados pelo Diretor Comercial e pelo Diretor Presidente.

A Ata 107 da Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de setembro de 2010 estabelece os limites de utilização de instrumentos derivativos para precificação de produtos.

Taxa de Câmbio

Há uma Política de Operações Financeiras emitida em 12 de agosto de 2013 e aprovada pelo Conselho de Administração (Ata de Reunião do Conselho de Administração de número 147).

- b) **os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

- i) **os riscos de mercado para os quais se busca proteção**
- ii) **a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**
- iii) **os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**
- iv) **os parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos**
- v) **se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**
- vi) **a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

A Política de Precificação de Açúcar e Etanol estabelece diretrizes que visam proteger o preço médio de venda da companhia, em reais brasileiros, ao definir critérios de precificação relativos à quantidade e preço objetivo. Ademais, também detalha o tratamento dado à exposição líquida por produto, uma vez que a proteção ativa deve ser feita somente para a parcela referente à cana própria. Os produtos feitos a partir de cana de terceiros seguem uma regra específica de precificação, cujo objetivo é mitigar riscos inerentes ao custo dessa cana.

A estratégia de proteção patrimonial, neste caso, dá-se pela realização de *hedge* dos preços da commodity e da taxa de câmbio BRL/USD, que são gerenciados em intervalos temporais definidos por safra e instrumentalizados via operações com futuros e opções.

O objetivo da Política de Operações Financeiras é estabelecer os limites operacionais e as regras para execução do *hedge* cambial e, nesse sentido, cada operação é limitada a um valor específico de dólares que podem ser negociados. Tal política também estabelece um limite máximo de operações de derivativos por contraparte de acordo com a nota de crédito de cada contraparte.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado envolve a Diretoria Comercial, a Diretoria Financeira, a Gerência de Riscos e a Presidência. Periodicamente o Gerente de Riscos coordena o Comitê de Posições, onde são monitorados os indicadores de risco e os parâmetros das políticas de precificação. Também são discutidos os principais fatores de mercado e as estratégias para proteção do preço e da taxa de câmbio da moeda. As estratégias são encaminhadas pelo Comitê de Posições para deliberação do Diretor Presidente e Diretoria colegiada, devendo ser, se aprovadas, executadas conforme política específica das áreas Comercial e Financeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo, entre outras funções, monitorar os indicadores e o nível de exposição da Companhia mediante os critérios estabelecidos pelas Políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, avaliar novas estratégias de proteção dado o cenário de mercado para cada variável sensível, avaliar a implementação de novas estruturas que não constem nas políticas em vigor e acompanhar o desempenho dessas estruturas. Existe uma Política do Comitê de Posições criada em 17 de fevereiro de 2014 e aprovada pelo Diretor Presidente.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada;

A verificação da efetividade da política adotada na mitigação dos riscos de mercado é realizada através de um fórum multidisciplinar denominado GRC – Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, contendo representantes destas três áreas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A São Martinho estabelece e mantém controles internos adequados sobre a elaboração e divulgação das informações financeiras, cujo objetivo é garantir o cumprimento dos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"); além das regras previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o objetivo de assegurar razoável confiabilidade das informações financeiras.

As práticas de controles internos voltadas às informações financeiras incluem: (i) estabelecimento do Manual de Políticas Contábeis, com procedimentos, premissas e julgamentos adotados; ii) manutenção da matriz de riscos e controles internos com base na estrutura do ISO 31000 - ERM (*Enterprise Risk Management*) e COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). É de responsabilidade dos gestores do processo garantir os objetivos dos controles e evidenciar à área de Controles Internos; (iii) segurança adequada dos registros a fim de permitir a elaboração das demonstrações financeiras conforme exigido e que os gastos e despesas estão sendo realizados de acordo com os limites de aprovações estabelecidos pelo Conselho de Administração; iv) acompanhamento de auditoria interna de processo, com implementação e monitoramento de planos de ação relacionados à melhoria e mitigação de não conformidades detectadas; e v) Oferecimento de suporte à área de Conformidade através de auditorias específicas nos chamados recebidos pelo Canal Ético. Adicionalmente, processos e controles internos relevantes para as demonstrações financeiras passam por constantes testes de efetividade avaliados, validados e aprovados interna e externamente. Baseada nesses critérios de avaliação, a São Martinho conclui que os controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2020 são eficazes.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Com uma abordagem coordenada de definição de responsabilidades, a São Martinho definiu as três linhas de defesa que suportam as suas práticas:

1ª Áreas de negócios: Diretores e gestores dos processos, responsáveis por aplicar medidas de controles para mitigar os riscos e evidenciar através de indicadores de performance e testes de efetividade.

2ª GRC (Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos): áreas de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos, responsáveis por (i) fornecer auxílio à 1ª linha de defesa no desenvolvimento de processos e controles para gerenciamento dos riscos; (ii) emitir alertas à 1ª linha sobre mudanças no cenário regulatório e de riscos; (iii) apoiar no desenvolvimento das políticas associadas.

3ª Auditoria interna: Realizada por empresas de auditoria independente, afim de garantir maior independência na identificação de riscos e controles.

4ª Auditoria externa: Responsável por fornecer avaliações independentes para a alta administração e mercado.

Adicionalmente, existem vários Comitês Multidisciplinares que oferecem suporte às linhas de defesa, tais como o GRC (Gestão de Risco, Conformidade e Controles Internos), Tático de Conformidade, Ética, Gestão de Pessoas, Tributário e Sindical.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles é medida através de indicadores de performance e testes de efetividade. Ambos são executados e evidenciados pelos gestores do processo, e aqueles de maior relevância são analisados pela área de Controles Internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Trimestralmente, a área de Controles Internos reporta ao Diretor Administrativo os níveis dos riscos mapeados, o nível de maturidade do controle, o andamento dos planos de ação relevantes e a efetividade dos testes de controle. De forma paralela, as não conformidades identificadas pela auditoria independente são reportadas anualmente à Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, além de um acompanhamento tempestivo.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado emitido pelo auditor independente, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras foi efetuado com o objetivo de aprimorar o sistema de controles internos e levantar oportunidades de melhoria.

Os auditores independentes não identificaram deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2020.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram observadas deficiências e recomendações significativas sobre os controles internos que apresentem riscos de falhas ou efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

A Companhia possui mecanismos para monitorar o cumprimento dos princípios estabelecidos em seu Código de Ética, Política Anticorrupção e Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. Dentre estes mecanismos que compõem o Programa de Compliance/Conformidade, podemos destacar principalmente (i) a divulgação das políticas, Código de Ética e canal de denúncias; (ii) mecanismos para detectar eventuais situações de conflitos de interesses; e (iii) condução de investigações para apurar os relatos recebidos por seus canais de denúncias ou solicitações internas da administração.

Cabe destacar ainda que os contratos da Companhia junto a terceiros estabelecem cláusulas para garantir o cumprimento de práticas das leis anticorrupção.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A Diretoria Jurídica, de Conformidade e Relações Institucionais é responsável pela criação do programa de Compliance/conformidade e pela condução das investigações recebidas nos canais de denúncias ou solicitações internas da administração. Os resultados dos monitoramentos realizados por esta diretoria são reportados ao Comitê de Ética e Conformidade, composto pelos Diretores Executivos, Conselho de Administração e Conselho Fiscal periodicamente. Os mecanismos e procedimentos internos de integridade são avaliados também pelos Auditores Externos.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia possui um código de ética aprovado pelo Conselho de Administração em 28/06/2016.

O código é aplicável a todos funcionários, diretores e conselheiros e estabelece ainda princípios éticos e responsabilidades para terceiros, considerando fornecedores, prestadores de serviços e eventuais agentes intermediários.

O Programa de Compliance/Conformidade da Companhia contempla o treinamento dos funcionários, bem como a orientação de novos funcionários e/ou terceiros durante seu processo de integração.

As situações de violação serão analisadas pelo gestor da área ou pelo Comitê de Ética e Conformidade. Se necessário, serão aplicadas medidas disciplinares previstas nas políticas de Recursos Humanos e na legislação vigente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O código de ética está disponível no site da Companhia <https://www.saomartinho.com.br/>.

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;*
- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;*
- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;*
- *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias.*

A Companhia possui Canal de Denúncias disponível para relatos internos ou de terceiros por meio de: (i) correspondência eletrônica; (ii) correspondência física ou (iii) telefone. O recebimento das denúncias por telefone é realizado por empresa especializada que, em contato com o denunciante, coleta e transcreve o relato de maneira a obter as melhores informações possíveis para viabilizar a investigação.

Cabe ao denunciante escolher por relatar a denúncia de forma identificada ou anônima, sendo mantidos o sigilo para todos os casos.

A Diretoria Jurídica, de Conformidade e Relações Institucionais é responsável pela condução das investigações recebidas nos canais de denúncias ou solicitações internas da administração. Os resultados das investigações são reportados ao Comitê de Ética e Conformidade.

c. se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas;

Em todos os processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias a Companhia estabelece a obrigatoriedade de execução prévia de *due diligence*, visando a identificação e avaliação de eventuais práticas irregulares nas pessoas jurídicas, objeto da operação. A Diretoria Jurídica, de Conformidade e Relações Institucionais é responsável pela avaliação do processo de *due diligence*, podendo contar ainda com a assessoria de escritórios de advocacia e/ou consultorias especializadas.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido”;

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme citado no item 5.4a.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

A instauração de uma pandemia capaz de impactar nossas atividades, apesar de constar no sistema de gerenciamento de riscos da Companhia como um risco emergente e, portanto, monitorada de acordo com a política de riscos em vigor e, com isso, sem alterações significativas nos principais riscos aos quais estamos expostos, trouxe necessidades prementes de adaptação e resposta.

O fato de nossa atividade ser classificada como essencial à humanidade através da produção de alimentos, energia e combustível nos conferiu a responsabilidade de manter nossas operações funcionando para que, priorizando a segurança dos nossos colaboradores e seguindo as orientações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS), garantíssemos o abastecimento da população.

Dessa forma, desde março/2020 quando a OMS declarou oficialmente a pandemia do coronavírus, a Companhia adotou as seguintes medidas, visando a prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia no decorrer de nossas operações:

- Instalação do Comitê de Gestão de Crises, conforme previsto na Política de Gerenciamento de Riscos, para avaliação diária da situação geral, atualização das medidas preventivas e ações de minimização de riscos, assim como para coordenação da execução de planos de ação;
- Campanhas intensas de comunicação e orientação sobre o COVID-19 destinada à prevenção de todos os colaboradores;
- Intensificação de procedimentos de higienização nos locais de trabalho, refeitórios e nos transportes, orientações sobre higiene pessoal e distribuição de álcool gel para higienização de todos os colaboradores, equipamentos e áreas comuns;
- Suspensão de treinamentos, eventos corporativos e realização de reuniões à distância (telefone, aplicativos ou videoconferências);
- Cancelamento ou adiamento de viagens, deslocamento entre unidades e visitas de fornecedores e terceiros;
- Adoção do trabalho remoto (*home office*), férias, banco de horas ou dispensa operacional para colaboradores em grupo de risco e situações específicas de risco;
- Dispensa operacional para aprendizes, estagiários, projuvems e patrulheiros;
- Aumento do número de veículos que realizam o transporte dos colaboradores até as unidades;
- Uso obrigatório de máscaras no transporte e em todas as dependências da São Martinho, inclusive em ambientes individuais, por colaboradores, terceiros e visitantes, durante todo o expediente;
- Protocolo de aferição de temperatura no transporte coletivo e na entrada das unidades e;
- Nos refeitórios das unidades, dentre outras ações, o horário de funcionamento foi ampliado, com escalonamento entre os colaboradores, reduzindo a quantidade de lugares e mantendo uma distância segura entre as pessoas.

Dentre todas essas medidas, algumas poderão se tornar práticas adotadas em caráter permanente pela Companhia, visando reduzir a exposição ao risco de contaminação por novas pandemias, sendo que a definição dos protocolos que serão perpetuados é objeto de discussão no Comitê de Gestão de Crises.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Vide item 10.1, letra h.

b) Estrutura de capital

O capital social subscrito e integralizado alterado na AGO de 31 de julho de 2020 é de R\$ 2.071.819.403,54 (dois bilhões, setenta e um milhões, oitocentos e dezenove mil, quatrocentos e três reais e cinquenta e quatro centavos) dividido em 354.011.329 (trezentos e cinquenta e quatro milhões, onze mil e trezentos e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O patrimônio líquido, em 31 de março de 2020, era de R\$ 3.243,3 milhões (redução de 4,4% se comparado com 2019). Adicionalmente, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 1.962,1 milhões, apresentando redução de 6,1% em relação a março/2019. A dívida líquida totalizava R\$ 2.879,3 milhões e o índice de dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 88,8% em março/20 (em 31 de março de 2019 era de 70,8%), reflexo momentâneo do carregamento de estoque, o que se reverte em caixa ao longo da safra.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As disponibilidades de caixa (caixa e aplicações financeiras) que a São Martinho possuía em março/2020 eram mais que suficientes para liquidar dois anos e meio de dívida.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para administrar o capital de giro, as necessidades de recursos financeiros, bem como os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia acessa recursos do mercado financeiro e de capitais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ENDIVIDAMENTO	mar/20	mar/19	mar/18
Em Milhares de R\$			
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.922.913	1.794.696	1.360.550
BNDES/FINAME	423.457	542.092	582.203
Crédito Rural	278.536	393.583	509.214
Capital de Giro	261.837	264.793	397.336
PESA	8.349	16.451	29.225
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	1.445.015	1.084.247	734.471
International Finance Corporation (IFC)	474.334	356.738	303.797
NCE (Nota de Crédito de Exportação)	-	-	8.101
Obrigações decorrentes de Aquisições - LOP	26.934	38.605	50.256
Dívida Bruta Total	4.841.376	4.491.205	3.975.153
Disponibilidades	1.962.065	2.089.213	1.512.385
Dívida Líquida	2.879.311	2.401.992	2.462.768
Dívida Líquida / EBITDA Acumulado	1,55 x	1,46 x	1,26 x

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica. A Companhia não possui deficiência de liquidez.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

i. contratos de empréstimos e financiamento relevantes:

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

iii. grau de subordinação entre as dívidas:

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Verificar as tabelas seguintes sobre o endividamento da Companhia (itens i a iv).

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período ocorrido (*pro rata temporis*).

Observa-se que não há subordinação entre as dívidas.

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía contratos com cláusulas financeiras restritivas no montante de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão, as quais são exigidas e apuradas anualmente, estando em conformidade nas demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2020, 2019 e 2018.

Modalidade	Encargos anuais vigentes		Consolidado		
	Taxa	Indexador	2020	2019	2018
Em moeda nacional					
Nota de Crédito a exportação	105,19%	CDI	131.780	264.793	397.336
Linhas do BNDES	2,46%	+TJLP	162.873	207.172	154.399
Linhas do BNDES	6,47%	+IPCA	-	1.697	-
Linhas do BNDES	3,48%	-	160.039	233.738	366.064
Linhas do BNDES	-	+SELIC	-	242	258
Crédito rural	6,63%	-	278.497	369.542	444.573
FINEP	4,00%	-	84.433	104.697	83.508
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	98,07%	CDI	1.474.171	1.363.353	947.472
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	4,88%	+IPCA	448.743	431.343	413.077
Outros créditos securitizados	4,54%	+IGP-M/PRE	8.389	16.496	29.274
Total em moeda nacional	105,85%	CDI	2.748.925	2.993.073	2.835.961
Em moeda estrangeira					
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	4,15%	Var. cambial	1.050.150	787.160	-
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,35%	Libor 6M	394.865	297.087	734.471
International Finance Corporation (IFC)	1,70%	Libor 6M	474.334	356.738	303.797
Nota de Crédito a Exportação (NCE)	2,27%	Var. cambial	130.057	-	8.101
FINEM	2,74%	Cesta Moedas	16.111	18.542	42.567
Total em moeda estrangeira	4,23%	-	2.065.517	1.459.527	1.088.936
TOTAL			4.814.442	4.452.600	3.924.897
Circulante			591.024	754.999	686.630
Não Circulante			4.223.418	3.697.601	3.238.267

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo relativos à Companhia têm a seguinte composição de vencimento:

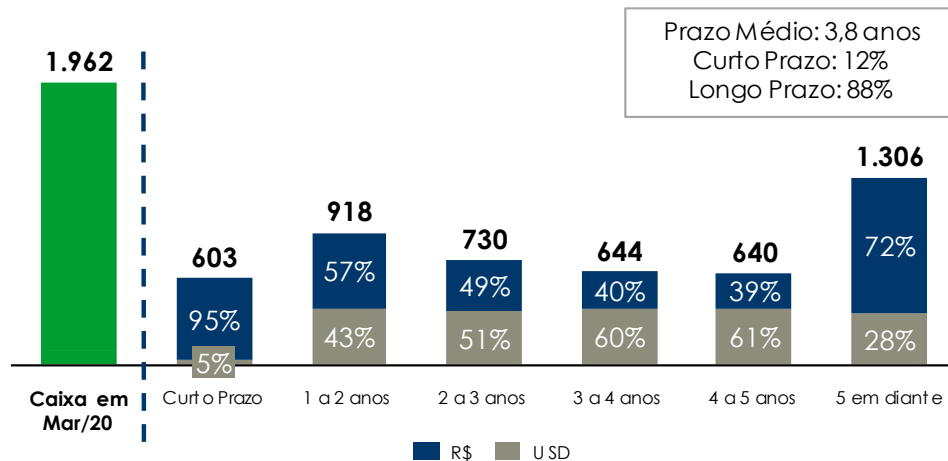
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31 de Março de 2020
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	918.098
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	730.166
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	644.113
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	640.372
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	796.763
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	436.442
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	21.011
Após 2028	36.453
	<u>4.223.418</u>

	31 de Março de 2019
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	501.761
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	700.340
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	640.254
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	536.452
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	529.397
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	501.441
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	230.520
Após 2027	57.436
	<u>3.697.601</u>

	31 de Março de 2018
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	1.090.562
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	689.183
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	496.639
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	399.142
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	265.098
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	270.879
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	5.816
Após 2026	20.948
	<u>3.238.267</u>

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de março de 2020, segue detalhado a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a Usina Santa Luiza securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como "Créditos rurais securitizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual.

Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2020 e de 2019 e 2018, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

SÃO MARTINHO S.A. CONSOLIDADO - ATIVO			
Em milhares de R\$			
ATIVO	mar/20	mar/19	mar/18
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	92.066	197.607	140.865
Aplicações financeiras	1.831.504	1.838.261	1.320.851
Contas a receber de clientes	165.829	163.412	177.893
Instrumentos financeiros derivativos	224.635	53.967	69.173
Estoques e adiantamentos a fornecedores	366.177	232.322	334.654
Ativos biológicos	713.547	657.057	581.725
Tributos a recuperar	12.303	20.124	36.093
Imposto de renda e contribuição social	71.257	79.759	9.687
Outros ativos	8.832	10.191	16.917
TOTAL CIRCULANTE	3.486.150	3.252.700	2.687.858
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	38.494	53.345	50.669
Estoques e adiantamento a fornecedores	49.916	131.881	111.135
Partes relacionadas	-	-	5.834
Instrumentos financeiros derivativos	28.977	229	3.617
Contas a receber de clientes	27.192	22.488	24.869
Valores a receber da Copersucar	10.017	10.017	9.355
Tributos a recuperar	81.046	79.790	122.200
Imposto de renda e contribuição social	-	-	117.442
Depósitos judiciais	271.060	27.210	28.673
Outros ativos	57.159	14.366	439
	563.861	339.326	474.233
Investimentos	33.868	33.537	32.552
Imobilizado	5.844.505	5.644.660	5.449.912
Intangível	465.689	478.499	470.157
Direito de uso	1.719.453	-	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE	8.627.376	6.496.022	6.426.854
TOTAL DO ATIVO	12.113.526	9.748.722	9.114.712

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

SÃO MARTINHO S.A. CONSOLIDADO - PASSIVO			
Em milhares de R\$			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	mar/20	mar/19	mar/18
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	591.024	754.999	686.630
Arrendamentos a pagar	40.168	-	-
Parceria agrícola a pagar	203.835	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	406.473	37.369	8.862
Fornecedores	174.524	152.713	154.146
Obrigações com a Copersucar	10.892	9.094	8.583
Salários e contribuições sociais	150.249	134.372	137.155
Tributos a recolher	34.730	40.833	16.877
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.985	4.178	4.167
Dividendos a Pagar	38.102	81.077	148.341
Adiantamentos de clientes	34.710	4.295	16.406
Aquisição de participações societárias	11.664	11.715	11.746
Outros passivos	18.527	27.020	28.287
TOTAL	1.719.883	1.257.665	1.221.200
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	4.223.418	3.697.601	3.238.267
Arrendamentos a pagar	377.954	-	-
Parceria agrícola a pagar	1.053.956	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	79.022	13.520	930
Obrigações com a Copersucar	179.189	201.498	201.787
Tributos a recolher	7.283	2.998	2.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	746.226	988.760	1.007.923
Provisão para contingências	100.283	103.817	99.122
Aquisição de participações societárias	15.270	26.890	38.510
Tributos com exigibilidade suspensa	242.188	58.313	-
Outros passivos	5.586	6.650	14.542
TOTAL	7.030.375	5.100.047	4.603.737
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	1.696.652	1.696.652	1.549.302
Reserva de Capital	9.418	9.418	9.418
Ações em Tesouraria	(131.361)	(234.100)	(234.100)
Opções Outorgadas	-	-	11.578
Ajustes de avaliação patrimonial	607.022	1.016.355	1.120.319
Reservas de lucros	1.181.537	902.685	833.258
TOTAL	3.363.268	3.391.010	3.289.775
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.113.526	9.748.722	9.114.712

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2020, 2019 e 2018:

Ativo Circulante: totalizou R\$ 3.486,2 milhões em 2020, um aumento de 7,2% em relação aos R\$ 3.252,7 milhões apresentados no ano de 2019 e um aumento de 29,7% em relação aos R\$ 2.687,9 milhões apresentados em 2018. A variação se deve principalmente aos aumentos de 316,2% e 57,6% nas linhas de instrumentos financeiros derivativos e estoques e adiantamentos a fornecedores, respectivamente, quando comparamos o 12M20 x 12M19.

Ativo Realizável a Longo Prazo: totalizou R\$ 563,9 milhões em 2020, com um aumento de 66,2% em relação à mar/2019, devido principalmente à variação de depósitos judiciais referentes aos tributos relacionados aos créditos da Copersucar.

Demais Itens do Ativo Não Circulante: totalizou R\$ 8.063,5 milhões em 2020, com aumentos de 31,0% e 35,5%, quando comparamos com 2019 e 2018, respectivamente. Em ambos os períodos, o aumento refere-se, principalmente, à variação do direito de uso registrado em 2020 devido à adoção do IFRS 16 a partir da safra 19/20.

Passivo Circulante: totalizou R\$ 1.719,9 milhões em 2020, apresentando um aumento de 36,8% em relação ao ano de 2019, e 40,8 % em relação ao ano de 2018, resultado, principalmente, do aumento nas linhas de Instrumentos financeiros derivativos em ambos os períodos e arrendamentos e parceria agrícola a pagar registrados em 2020 decorrente da adoção do IFRS 16 a partir da safra 19/20.

Passivo Exigível a Longo Prazo: totalizou R\$ 7.030,4 milhões em 2020, aumento de 37,9% em relação a 2019, e 52,7% quando comparamos com 2018. Resultados esses, dos Arrendamentos e parceria agrícola a pagar registrados em 2020 devido à adoção do IFRS 16 a partir da safra 19/20.

Comentários referentes à demonstração de resultado consolidado da Companhia entre os anos 2020, 2019 e 2018:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

SÃO MARTINHO S.A. - CONSOLIDADO	12M20	12M19	12M18	12M20 x 12M19	12M20 x 12M18
Em milhares de R\$					
Receita bruta	4.065.225	3.731.066	3.792.871	9,0%	7,2%
Deduções da receita bruta	(371.365)	(370.704)	(357.171)	0,2%	4,0%
Receita líquida	3.693.860	3.360.362	3.435.700	9,9%	7,5%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(2.516.996)	(2.488.932)	(2.336.341)	1,1%	7,7%
Lucro bruto	1.176.864	871.430	1.099.359	35,0%	7,1%
Margem bruta (%)	31,9%	25,9%	32,0%	0,2 p.p	0,0 p.p
Receitas (despesas) operacionais	8.969	(173.408)	(299.678)	n.m.	n.m.
Despesas com vendas	(138.197)	(97.367)	(119.778)	41,9%	15,4%
Despesas gerais e administrativas	(216.869)	(194.925)	(180.070)	11,3%	20,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial	625	(240)	(2.994)	n.m.	-120,9%
Outras receitas, líquidas	363.410	119.124	3.164	205,1%	n.m.
Lucro operacional	1.185.833	698.022	799.681	69,9%	48,3%
Resultado financeiro	(452.159)	(318.788)	(177.135)	41,8%	155,3%
Receitas financeiras	117.003	103.718	122.702	12,8%	-4,6%
Despesas financeiras	(415.979)	(311.154)	(333.519)	33,7%	24,7%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(35.891)	(35.008)	31.858	2,5%	n.m.
Derivativos	(117.292)	(76.344)	1.824	53,6%	n.m.
Lucro antes do IR e CS	733.674	379.234	622.546	93,5%	17,9%
IR e contribuição social - do exercício	(124.725)	(31.606)	(71.218)	n.m.	75,1%
IR e contribuição social - diferidos	30.061	(33.583)	(59.622)	n.m.	n.m.
Lucro líquido do exercício	639.010	314.045	491.706	103,5%	30,0%
Margem líquida (%)	17,3%	9,3%	14,3%	0,9 p.p	0,2 p.p

Receita Líquida Total: no comparativo 12M20 x 12M19, a receita líquida apresentou um aumento de 9,9% refletindo, principalmente, melhores preços de comercialização de açúcar e etanol e maior volume de vendas de açúcar e energia nos períodos. No comparativo 12M20 x 12M18, o aumento foi de 7,5%.

A seguir detalhamos a composição da Receita Líquida da São Martinho por produto, conforme tabela no item 10.2 letra a, excluindo (i) o efeito de *hedge accounting* de dívida em moeda estrangeira e (ii) o PPA (*Purchase Price Allocation*), que reflete a amortização do ágio pago pela rentabilidade futura do volume de cogeração da Usina Santa Cruz.

Receita líquida de Açúcar: no período acumulado (12M20), a receita líquida de açúcar totalizou R\$ 1.242,1 milhões, aumento de 12,1% em relação ao 12M19, refletindo (i) o maior volume comercializado no período (+7,7%) – reflexo do maior volume de ATR total produzido na safra 19/20 em relação à safra 18/19, e (ii) o preço 4,1% superior comparado à safra passada. Quando comparamos com o 12M18, houve uma redução de 30,3% na receita líquida relacionada ao açúcar, dada a mudança de *mix* entre os produtos.

Receita líquida de Etanol: no período acumulado (12M20) a receita líquida de etanol totalizou R\$ 2.147,0 milhões, 6,9% maior em comparação ao 12M19, devido, principalmente, ao maior preço médio de comercialização realizado na safra, superior em 10,7%, apesar do volume vendido ter sido cerca de 3,5% inferior, devido a decisão da Companhia de carregar o produto para ser vendido ao longo dos próximos meses com preços potencialmente superiores,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

considerando a queda acentuada do preço de etanol ocorrida em meados de março/20. Quando comparamos com o 12M18, o aumento foi de 36,6%.

Receita líquida de Energia: a receita líquida com comercialização de energia apresentou crescimento de 4,5% em relação ao 12M19, totalizando R\$ 218,4 milhões, refletindo o maior volume de bagaço disponível para cogeração, dada a maior produção em relação à safra anterior. Quando comparamos a receita do 12M20 em relação ao 12M18, houve um aumento de 5,4%.

Receita Líquida de Negócios Imobiliários: a receita líquida com negócios imobiliários totalizou R\$ 20,1 milhões no 12M20, comparado com R\$ 2,7 milhões no 12M19. No comparativo 12M20 x 12M18 a receita líquida aumentou 138,8%.

Receita líquida (Outros): a receita líquida do 12M20 apresentou aumento de 40,7% em relação ao 12M19, totalizando R\$ 73,9 milhões. Em comparação com o 12M18 o aumento foi de 25,2%.

CPV (Custo dos Produtos Vendidos): para o período acumulado da safra o CPV totalizou R\$ 2.517,0 milhões, um aumento de 1,1% em relação à safra anterior, devido, principalmente, ao impacto do aumento do Consecana (+12,9%) e da inflação no período. No comparativo 12M20 x 12M18 tivemos um aumento de 7,7%.

Despesas com Vendas: no 12M20 as despesas com vendas totalizaram R\$ 138,2 milhões, apresentando aumento de 41,9% em comparação ao 12M19, resultado dos gastos relacionados à maior exportação de açúcar e etanol nesta safra em relação à safra anterior. No comparativo 12M20 x 12M18, tivemos um aumento de 15,4%.

Despesas Gerais e Administrativas: apresentaram aumento de 11,3% no comparativo 12M20 x 12M19, totalizando R\$ 216,9 milhões. O aumento reflete, principalmente, o reconhecimento, no resultado, do preço do exercício de opções virtuais acima do registrado no início do exercício, reflexo da valorização das ações durante a safra, além da inflação entre os períodos. Para o comparativo 12M20 x 12M18, as despesas ficaram 20,4% superiores.

Resultado Financeiro: o resultado financeiro líquido no 12M20 totalizou uma despesa de R\$ 452,2 milhões, apresentando um aumento de 41,8% no período, explicado, principalmente, pelo efeito da adoção do IFRS 16, a partir desta safra. No comparativo 12M20 x 12M18, houve um aumento de 155,3%.

Lucro Líquido: no acumulado 12M20, o lucro líquido totalizou R\$ 639,0 milhões, 103,5% superior em comparação ao 12M19, como resultado dos fatores mencionados anteriormente. No comparativo com o 12M18 o lucro líquido ficou 30,0% superior.

Capex de manutenção: no 12M20, o capex de manutenção somou R\$ 1.136,1 milhões, um aumento de 12,9% em relação à safra anterior. O aumento se deve, principalmente, ao aumento no preço de insumos, como defensivos e fertilizantes, reflexo da variação cambial ocorrida no período, que impactou os investimentos relacionados ao plantio de cana e tratos culturais, combinado com aumento da área plantada no período.

Capex de melhoria operacional: composto por investimentos em (i) equipamentos agrícolas e industriais, visando aumento de produtividade e (ii) ambiental/legal: investimentos voltados, principalmente, à adequação às NRs (normas regulamentadores), assim como sistemas de prevenção e combate a incêndios. No 12M20, os investimentos somaram R\$ 131,8 milhões, um aumento de 46,8% comparado ao 12M19, refletindo, principalmente, maiores investimentos voltados ao atendimento das NRs e em ambiental. No comparativo 12M20 x 12M18, o aumento foi de 20,2%.

Capex de expansão: no 12M20, o capex de expansão somou R\$ 120,0 milhões, apresentando redução de 35,2% em relação ao 12M19.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA	12M20	12M19	12M18
Milhares de Reais			
Mercado Doméstico	2.228.211	2.308.727	2.014.480
Açúcar	134.393	142.053	205.965
Etanol	1.781.389	1.902.358	1.544.909
Energia Elétrica	218.444	209.082	207.293
Negócios Imobiliários	20.107	2.730	8.419
Outros	73.878	52.504	47.894
Mercado Externo	1.473.336	1.072.936	1.607.507
Açúcar	1.107.684	966.242	1.575.580
Etanol	365.652	106.694	27.100
Outros	-	-	4.827
Receita Líquida Total¹	3.701.547	3.381.663	3.621.987
Açúcar	1.242.077	1.108.295	1.781.545
Etanol	2.147.041	2.009.052	1.572.009
Energia Elétrica	218.444	209.082	207.293
Negócios Imobiliários	20.107	2.730	8.419
Outros	73.878	52.504	52.721

1 - Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Vide item 10.1, letra h.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Vide item 10.1, letra h.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**Incorporação da Usina Boa Vista S.A.**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de abril de 2018, foi aprovada a incorporação da Usina Boa Vista S.A. pela Companhia, conforme fato relevante publicado em 28 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data.

A Incorporação justificou-se na medida em que a combinação dos ativos da UBV com os ativos da Companhia, sob uma única pessoa jurídica, permitiu a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações agroindustriais das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades desenvolvidas pela UBV. Esse procedimento propiciou a unificação da administração e das atividades das duas sociedades, gerando maior eficiência, sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.

Aquisição e incorporação da Pulisic Participações Ltda

Em 11 de outubro de 2018, a Companhia realizou a aquisição parcial de ativos da Usina Açucareira Furlan S.A. através da Pulisic Participações Ltda. ("Pulisic") pelo montante de R\$ 15.984 mil.

A partir da data de aquisição, a Companhia passou a deter 100% das ações da Pulisic e a consolidar integralmente seus resultados em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2019, foi aprovada a incorporação da Pulisic pela Companhia.

Sua incorporação permite a utilização mais eficiente dos ativos, gerando sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.

Incorporação da Usina Santa Luiza S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2019, foi aprovada a cisão total e incorporação desproporcional das parcelas cindidas da Usina Santa Luiza S.A., com sua consequente extinção.

A operação se justifica uma vez que a USL não é uma empresa operacional, sua cisão total e subsequente incorporação das parcelas cindidas pela Companhia, visa segregar de forma eficiente seu acervo patrimonial líquido em cada uma de suas acionistas, reduzindo custos administrativos.

A cisão não resultou em alteração no capital social da Companhia, onde o acervo patrimonial cindido foi integralmente incorporado na seguinte forma desproporcional: (i) 66,67% da parcela dos ativos e passivos da Copersucar e dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital e, (ii) 100% dos demais ativos e passivos conhecidos na USL. Adicionalmente, a Companhia ficou com a obrigação contratual de realizar o repasse financeiro à Cosan S.A., referente a parcela de 33,33% do ativo imobilizado no momento em que realizar a alienação do mesmo, ou no prazo máximo de 3 anos a contar a partir da data da incorporação.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia, a partir de 1º de abril de 2019, adotou o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo foi reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. A informação comparativa apresentada para 31 de março de 2019 segue o CPC 06/IAS 17 e interpretações relacionadas, seguindo a abordagem retrospectiva modificada. Seguem os detalhes das mudanças nas políticas contábeis:

a) Arrendamento. Definição IFRS 16 (CPC 06 R2)

A Companhia adotava a definição de arrendamento conforme ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Agora, de acordo com o IFRS 16, considera arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transfere o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

b) Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada no final de exercício, com base na atualização do Índice Consecana.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

c) Arrendadora

Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os impactos da adoção da nova norma estão detalhados na nota 13 das demonstrações financeiras.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Não há ressalvas e ênfases presentes no relatório do emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir.

Perda (*impairment*)

Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (*impairment*) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados, detalhados nas notas explicativas.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 7 de agosto e 15 de dezembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS nº 190/2017, respectivamente, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea “g” do inciso XII do § 2o do art. 155 da Constituição Federal.

O Estado de Goiás publicou a relação de todos os atos normativos relativos a benefícios fiscais instituídos por meio do Decreto nº 9.193/2018 e posteriores alterações e Decreto nº 9.358/2018. Além disso, efetuou o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, conforme previsão da cláusula quarta do Convênio ICMS nº 190/2017.

A Administração da Companhia acompanha, juntamente com seus assessores legais, a evolução do tema, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**a) investimentos****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Vide item 10.1, letra h.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os financiamentos são adquiridos através do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, bancos comerciais, emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), além de outras fontes do mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Vide item 10.3 letra b.

c) novos produtos e serviços, indicando:**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.